



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DESCOMPASSOS NO CARNAVAL DE RUA DO RECIFE NA DÉCADA DE 1930: O
CASO DO QUARTEL GENERAL DO FREVO

Gleicielly Barros

Recife

2021

Gleicielly Barros

**DESCOMPASSOS NO CARNAVAL DE RUA DO RECIFE NA DÉCADA DE 1930: O
CASO DO QUARTEL GENERAL DO FREVO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Recife

2021

Gleicielly Barros

**DESCOMPASSOS NO CARNAVAL DE RUA DO RECIFE NA DÉCADA
DE 1930: O CASO DO QUARTEL GENERAL DO FREVO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Recife, 28 de dezembro de 2019

Banca Examinadora

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
DeHist – UFRPE

Ms.^a Vanessa Adriano Marinho
Paço do Frevo (Examinadora externa)

Prof.^a Dr.^a Rozélia Bezerra
DeHist- UFRPE (Examinadora interna)

SUMÁRIO

• Apresentação	5
Artigo	7
• Resumo	7
• Abstract	7
• Introdução	7
• Recife: uma cidade moderna?	9
• Os carnavais recifenses	11
• Frevo e Carnaval de Rua	14
• A Federação Carnavalesca de Pernambuco	17
• Um lugar para e do carnaval	19
• Considerações finais	21
• Referências	22
• Anexo - Normas da Revista Rural & Urbano	26

Apresentação

Seguidas as normas de formatação da Revista Rural & Urbano, o presente artigo corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura Plena em História, conforme as possibilidades estabelecidas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A concepção deste material foi possível a partir do desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica (PIBIC 2019/2020) sobre as transformações urbanísticas no Bairro de Santo Antônio, em Recife, e os impactos nas sociabilidades, em decorrência dos projetos de modernização urbana durante a primeira metade do século XX, a partir da Praça da Independência. Aliada às pesquisas executadas em estágio não obrigatório, enquanto educadora do museu Paço do Frevo, sobre temáticas variadas envolvendo a história do carnaval e do Frevo na cidade do Recife.

O presente trabalho, então, propõe a leitura do carnaval enquanto expressão de conflitos sociais e sua manifestação no espaço, situado na Praça da Independência, com o recorte temporal da década de 1930, período marcado por tentativas intensas de controle sobre o brinquedo. Contribui, assim, com os campos da História Cultural e da Cidade, e com os estudos urbanísticos sobre o uso dos espaços livres públicos; trazendo, ainda, a faceta política do objeto em questão.

**DESCOMPASSOS NO CARNAVAL DE RUA DO RECIFE NA DÉCADA
DE 1930: O CASO DO QUARTEL GENERAL DO FREVO**
MISMATCHES AT RECIFE STREET'S CARNIVAL OF 1930'S: THE CASE OF FREVO
HEADQUARTERS

Gleicielly Barros

gleicibrs@outlook.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife - Pernambuco - Brasil

RESUMO: Entendendo que há um discurso sobre a festa carnavalesca ser democrática e corresponder a um momento em que não vigora a segregação social, este artigo busca compreender o brinquedo como manifestação cultural na cidade do Recife da década de 1930, observando as desigualdades e tensões sociais inseridas no Carnaval de Rua da cidade. Para isso foi necessário entender a gênese da festa em Recife, seu desenrolar e o surgimento do Frevo como expressão carnavalesca típica da localidade; sendo estudado, também, a ocorrência do carnaval no espaço público. Por fim, foram analisados os conflitos do "Quartel General do Frevo", localizado na Praça da Independência, de modo representativo ao cenário político da modernidade na cidade dos anos 1930. A metodologia compreende a realização de uma revisão bibliográfica, partindo de fontes secundárias de referência sobre o carnaval do Recife.

Palavras-chave: Carnaval; Frevo; Recife; Modernidade.

ABSTRACT: Knowing that there is a narrative about how Carnival is a democratic party, as well as representative of a time where social segregation is not a reality, this article seeks to comprehend it as a cultural manifestation in 1930's Recife, observing the inequalities and social tensions inserted in the city's street carnival. It was necessary to understand the genesis of the party in Recife, its development and the appearance of Frevo as a locally typical expression of carnival; while also studying its occurrence in public spaces. Nevertheless, the conflicts that took place on Frevo Headquarters, located at Independence Square, were analysed, in a representative way as to the political scenario in the 1930's modern city. The methodology includes bibliographical revision from secondary reference fonts about Recife's carnival.

Key-words: Carnival; Frevo; Recife; Modernity.

Introdução

O carnaval da cidade do Recife consiste em um fazer cultural de significado expressivo às identidades e memórias de grupos sociais múltiplos, bem como do Frevo, Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade desde 2012¹ (IPHAN, 2014), e sua comunidade. Em seus séculos de história, a festa foi motivo de discussões de cunho crítico ou apologético, nas diversas instâncias de debate disponíveis no Recife dos diversos períodos ao longo dos quais diferentes medidas de controle foram pensadas e investidas com a finalidade de contenção do brinquedo. De uma perspectiva analítica, na proposta de trazer uma leitura sobre a segregação social a partir das manifestações culturais do carnaval de rua no Recife da década de 1930, o presente artigo discorre sobre temáticas que se afiguram caminhos possíveis para este fim, pela realização uma revisão bibliográfica, partindo de fontes secundárias de referência à temática do Carnaval.

Buscar-se-á compreender a importância do frevo no carnaval da cidade do Recife; reconhecer os atores sociais, as sociabilidades e tensões durante o período de tríduo

¹ Como patrimônio imaterial cultural do Brasil, foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 2007.

momesco, no decorrer da década de 1930; e o seu acontecer no espaço livre público,² para o qual será estudada a realização da folia carnavalesca na Praça da Independência. A escolha do logradouro, conhecido principalmente por Pracinha do Diário, se justifica pela sua centralidade histórica e funcional, que lhe agrega importância de destaque na história da cidade e do carnaval, já que a mesma corresponde ao Quartel General do Frevo — motivo pelo qual se encontra registrada no Inventário do Frevo.

Os espaços ganham sentido a partir dos usos e apropriações cotidianas pelos sujeitos ordinários, por situar suas práticas rotineiras ou eventuais (CERTEAU, 2012 apud LAPEDRA; ICHIKAWA, 2017). O acontecer da festa pelas ruas da cidade, então, importa por trazer luz “[...] às diferenças e contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normalização impostas pelas estratégias de poder” (CARLOS, 2007, p. 51), perceptíveis pelas maneiras a partir das quais as relações estabelecidas no espaço da rua se caracterizam e se manifestam nos usos dos mesmos, configurando a relação de lugar do carnaval. Para o presente estudo, então, a rua será pensada como sendo o espaço simbólico no qual as ações humanas manifestam as subjetividades corpóreas daquelas e daqueles que estabelecem relações de alguma frequência com o lugar (Ibidem, p. 17). Deste modo, também será possível compreender a territorialidade do carnaval (RAFFESTIN, 1996 apud LAPEDRA; ICHIKAWA, 2017).

Enquanto expressão cultural de relação afim com a política, portanto, o carnaval expõe sobre os atritos que caracterizavam as relações sociais e econômicas vigentes em cada momento histórico. Aqui, então, a escolha pelo recorte temporal da década de 1930 se justifica pelo advento da Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE), instrumento de vigilância e monitoramento do carnaval enquanto brinquedo público, que atuou em tentativa do controle do seu desenrolar, buscando delinear limites nas apropriações e nos aproveitamentos da festa pelos grupos populares.

Sendo assim, no decorrer do trajeto a ser percorrido, também serão comentadas as respostas de oposição às rédeas impostas, por grupos dissidentes da sociedade recifense ao longo daquela periodização, fortemente marcada por questões políticas a nível local, nacional

² “Estes espaços primeiramente devem ser acessíveis a toda população, não havendo barreira impedindo a circulação e também ser um espaço de materialização das relações sociais através de práticas espaciais. Estes espaços encontram-se distribuídos ao longo da cidade e muitas vezes estão relacionados ao bem-estar social, com o verde e com o lazer. São nos espaços livres públicos que a vida social se manifesta.” São exemplos: Faixa de Praia ou de Rio, Jardins, Largos, Parques, Pátios, Praças e Sistemas Viários. ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone. Espaços livres públicos. In: _____. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfoses**: estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha. Orientadora: Edvânia Tôrres Aguiar Gomes. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

e global. Estas questões, que se manifestaram na cidade sob égide da Modernidade, trouxeram consigo a ideia de progresso, gerando dilemas entre “a possibilidade ou não de ser seduzido por um tempo insaciável, que não cessa de buscar o novo, despreza o passado, possuído pelo impulso de esquecê-lo” (REZENDE, 2016, p. 28).

Recife: uma cidade moderna?

No início do século XX, a elite recifense colonizava as ruas outrora já desbravadas e apropriadas pelas camadas populares da urbe. Trabalhadores, vendedores ambulantes, pedintes ou simples transeuntes já circulavam e situavam, nas ruas, suas atividades diárias. A pretexto da chegada da *Belle Époque* aos trópicos, bastante influenciada pela França e Inglaterra (ALBUQUERQUE; PEDROSA, 2020);³ as autoridades juntamente às elites, passaram a empenhar a cidade à pretensão da civilidade ao cunho do moderno. Neste sentido, a cidade se transformou em plano de fundo para intensivas demolições a fim de dar vez a uma nova malha urbana cujas palavras de ordem eram higiene e progresso. Tais alterações, em sua dimensão física no espaço da cidade, a partir de seu ordenamento e normas de uso, expressavam uma dimensão simbólica, na qual conflitos sociais se manifestaram por meio das práticas comuns. Foi a busca por, através da materialidade estética, “[...] instruir a população no sentido de os transformar em cidadãos civilizados, acompanhando a ‘modernização’ da urbe” (MARQUES, 2012, p. 18).

Na década de 1920, o convívio com a modernização acontecia numa complexidade de modo ainda mais marcante em relação aos decênios passados desde o desembarque do ideário moderno nos portos do Recife. Foi a partir desta década, inclusive, que a cidade passou a apresentar uma forma estelar ou tentacular, como denominou Virgínia Pontual (2001, p. 24); caracterizada por um aglomerado urbano central, composto pelos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, a partir do qual irradiava caminhos que o ligava às povoações suburbanas e aos engenhos da área rural. A alteração na configuração da urbe foi resultado da ação transformadora do espaço urbano, pelos bondes elétricos, uma inovação técnica moderna, que reverberou significativamente na subjetividade dos provincianos da capital pernambucana, então, mais que nunca, lançados ao limbo entre a tradição e a modernização (ALBUQUERQUE; PEDROSA, 2020).

³ Durante a década de 1930 e 1940, a pretexto da guerra, soldados estadunidenses proibidos de retornarem ao seu país natal, também influenciaram consideravelmente os hábitos da urbe recifense. COSTA, Luciana Santiago. **Espaço do público? Práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife: 1920-1940.** 2011. Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Em estudo sobre o cotidiano da cidade do Recife, Luciana Santiago Costa (2011) analisou uma série de mudanças comportamentais a pretexto da Modernidade, que ficaram marcadas, principalmente, nas práticas de convívio social e nas normas de uso dos espaços livres públicos. Verticalmente impostas, tais normas ganhavam espaço para vigência de modo alinhado às reformas urbanísticas que projetaram a cidade para uma realidade virtual em que as camadas menos favorecidas economicamente da sociedade eram escanteadas em benefício do gozo das elites — agora frequentadoras assíduas das ruas, onde o lazer podia ser buscado nos cinemas, nas sorveterias, confeitarias e cafés, entre as demais opções modernas que a cidade passou a conter.

Havia uma divisão dos espaços frequentados pelas elites ou camadas populares, como Costa (2011) bem esquematizou em sua tese de doutorado. Esta separação, entretanto, nem sempre se dava de maneira literal. Em momentos e locais específicos, havia o compartilhamento dos espaços por ambos grupos sociais, durante o mesmo período de tempo ou não: ambulantes, por exemplo, frequentavam o footing⁴ da Rua Nova, enquanto vendiam seus produtos; e meretrizes ocupavam os arredores desta mesma localidade, em horário oposto ao dos passeios dos “almofadinhas” e das “melindrosas”⁵ de família. Esta regularidade se sustentava sob égide da vigilância dos agentes da ordem, que se alinhavam ao autoritarismo para prezar pelo que se concebia por civilidade.

Nos anos 1930, o cenário político ditatorial da chamada Era Vargas brasileira coincidiu com o autoritarismo que bem caracterizava os ideais modernos e seus defensores. Deste modo, foi dada continuidade ao controle da norma social, por vias da repressão autoritária das “classes perigosas” (CHALHOUB, 2001 apud MARQUES, 2012, p. 23). Sob interventoria de Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, que nomeou Antônio de Novais Filho à prefeitura, o controle social excessivo se justificava pelo foco no progresso, acompanhado de discursos sobre educação moral e cívica, aliado à autoproclamação pedagógica do próprio Estado brasileiro (REZENDE, 2016, p. 54). Este, não estranhamente, posicionado de modo análogo ao cenário político internacional, às sombras do fascismo e do nazismo.

Na mesma década, a Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes) e seu corredor de imóveis verticalizados, ao modelo estadunidense, foi inaugurada após a

⁴ Prática cotidiana rotineira de convívio social de passeio, realizado pelas elites, nas ruas, avenidas, praças, parques e jardins da cidade (COSTA, 2011).

⁵ “Os colonistas costumavam chamar as mulheres de ‘melindrosas’, e os homens de ‘almofadinha’, termos já usados em outras cidades brasileiras com referência às pessoas de maior poder aquisitivo que passeavam pelas ruas centrais [...]”. (COSTA, 2011, p. 83)

destruição de dezoito quarteirões do Bairro de Santo Antônio (MOREIRA, 2016, p. 301); onde, ao fim dos anos 1940, se estabeleceu, novamente, o convívio com demolições massivas, para a abertura da Avenida Dantas Barreto. Para tanto, foram desapropriadas moradias, de modo a corroborar com o processo de periferização da cidade; e sepultados monumentos históricos significativos à memória coletiva da urbe, que foi violentamente descaracterizada. Consistia no processo de produção do espaço às camadas endinheiradas da sociedade, para quem a cidade moderna era construída, em prejuízo às camadas populares, acometidas pela gentrificação do seus espaços. Assim, se estabelecia o (des)equilíbrio genuíno da Modernidade, que convergia à lógica capitalista.

Apesar das ações de governo, cujos interesses na segregação social eram disfarçados de ação educativa, brechas eram forjadas no sistema cultural dominante, transparecendo os significados políticos expressos na sutileza das práticas comuns⁶ (CERTEAU, 2008 apud MARQUES, 2012, p. 21). Havia a burla na ordem da distribuição do uso dos espaços públicos que, embora destinados ao uso de uma elite, eram usufruídos, também, por pessoas de camadas populares: vendedoras de rua, ambulantes, negras, mendigas, prostitutas, vendedoras de lojas, engraxates, vadias e desocupadas. Para as quais, inclusive, foi dedicado a criação do departamento policial chamado “ação de vigilância contra a falsa mendicância e vagabundagem” e da “Liga social contra o mocambo”. (COSTA, 2011, p. 160).

O conflito social que pairava no cotidiano da cidade se manifestava, ainda, nas práticas eventuais⁷ que nela se desenrolavam, entre as quais o carnaval será estudado no presente trabalho.

Os carnavais recifenses

A festa carnavalesca, tipicamente europeia, foi trazida pelos colonizadores nas primeiras expedições de invasão e ocupação do nordeste brasileiro, e aqui logo se adaptou ao clima tropical. Ao ter caído no gosto do povo, que, em suas querelas, desenvolveu formas diversas de ler, entender e aproveitar a festa, escancarando tensões marcantes da sociedade;

⁶ “[...] as maneiras pelas quais as pessoas se apropriam e interpretam a cultura, em uma constante disputa contra o poder dominante”. MARQUES, Carlos Bittencourt Leite. A capoeira no Recife: conceitos e representações. In: _____. **“Brinquedo, Luta, Arruaça”**: o cotidiano da capoeira no Recife de 1880 a 1911. 2012. 202 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. p. 21.

⁷ Costa (2011) classifica as práticas de convívio social das décadas de 1920-40 entre práticas rotineiras e práticas eventuais. Incluídas, nestas, estão práticas cívicas, religiosas e, na qual enquadrou o carnaval, as tradicionais. Naquelas: o caminhar e o footing nas ruas e avenidas, o passear nas pontes e margens dos rios, o lazer nas praças e parques, o fazer compras nos pátios e feiras, e o conversar na Esquina do Lafayette

se caracterizou pelo “[...] poder muito forte de expressar certas dimensões do tempo e das relações sociais” (CUNHA, 2001, p. 16).

Cortejos festivos improvisados, em fins do XVI, eram realizados principalmente nas zonas que concentravam atividades de trabalho, por pessoas pobres, em sua maioria de cor, a pretexto da Festa de Reis,⁸ que posteriormente deu forma ao carnaval. Em motivo desta festa, entre outros do mosaico de questões que diziam respeito às relações travadas, em cada momento histórico, entre os grupos sociais envolvidos; os maracatus, o frevo e outras manifestações, se estruturaram posteriormente, na capital pernambucana; o que consolidou ainda mais a presença do brinquedo, que vigorou, até meados do XIX, na forma do entrudo⁹ — festa de algazarra, zombaria, pregação de peça em amigos, mela-mela, correria e afins —, tendo sofrido posteriores mudanças. Estas, foram marcadas por disputas intensas de interesses, que cortinavam toda uma concepção moral das classes e instituições engajadas nas tentativas de definir o encaminhamento a ser dado para o festejo, como bem observou Araújo:

O processo de escolha [sobre o carnaval], entretanto, não é casual. Ele obedece a critérios conscientes e inconscientemente definidos, responde a interesses ou a conveniências momentâneas de determinados segmentos ou grupos sociais que o manipulam com maior ou menor habilidade. (ARAÚJO, 1962, p. 172)

As incompatibilidades e os descompassos a respeito da festa são realmente característica principal da história do carnaval da cidade do Recife. Ao longo do XIX, as investidas em campanhas de oposição ao entrudo, por parte das elites econômicas, eram justificadas pela falta de civilidade e de ordem, conceitos caros à noção de cidade moderna que aquele grupo cobiçava à provinciana Recife.¹⁰ Ainda assim, o brinquedo permanecia resistente, pelo engajamento da população mais pobre que, por sua vez, se opunha ao fim do mesmo; e rompia com as barreiras impostas na divisão do carnaval entre os dos bons e maus costumes. O fiasco em relação ao objetivo de adestramento do reinado de momo, então, direcionou aquelas campanhas à busca de outros modelos de festa, já que a extinção do entrudo não havia sido possível.

⁸ Efeméride católica para celebrar a adoração dos Reis Magos ao nascimento do menino Jesus.

⁹ Do latim, *introitu*, introdução. Refere-se ao período que introduz a Quaresma — também do latim, *quadragesima* — data cristã para designar o período de quarenta dias que antecedem à Páscoa. GASPAR, Lúcia. Entrudo. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

¹⁰ “Para estes [da elite], aceitar a ruína do carnaval civilizado era o mesmo que reconhecer o atraso e a miséria da realidade em que viviam”. ARAÚJO, Rita de Cássia. **Festas: máscaras do tempo**: entrudo, mascarada e frevo no carnaval de Recife. Recife: Fundação de cultura Cidade do Recife, 1996, p. 299.

Das “compras” culturais que se realizavam no outro lado do Atlântico, o modo de vida burguês dos espaços citadinos europeus, seus valores e costumes modernos, foram as mais requeridas. Os bailes de máscaras, por exemplo, como os de Veneza, Paris, Nice e Roma, foram transpostos para o carnaval recifense e eram alocados em ambientes fechados, com acesso restrito aos convidados, que mantinham laços de parentesco ou de amizade entre si, fazendo com que os bailes se limitassem a uma classe social e econômica específica: a elite.

Outro exemplo de brinquedo que acontecia com um forte aspecto discriminatório de classe foi o curso. Já na primeira metade do século XX, em comunhão às ideias pertinentes à modernidade, as reformas urbanísticas foram empreendidas de forma recorrente, sob diferentes óticas e com diferentes fins para os quais a malha colonial do século XIX fora reorganizada. O convívio com as inovações técnicas e, neste caso, especialmente com o carro, enquanto meio de transporte na cidade — aos que tinham condições financeiras de possuir ou alugar este bem então de luxo — fizeram com que as ruas passassem a se organizar especialmente para o tráfego dos automóveis,¹¹ de modo ainda mais especial no período do carnaval.

O curso carnavalesco, então, contava com a participação dos que compunham os mais elevados postos da sociedade. Para o cortejo, um trajeto era projetado de modo a desviar as massas, e a segregar os públicos. “[...] observamos neste trajeto estabelecido pelas autoridades, o desejo de priorizar um itinerário que associasse o moderno e elitista estilo de carnaval (em formato de curso) ao progresso da cidade, ao momento da velocidade” (SANTOS, 2010, p. 72). Assim, era possível garantir uma “exclusividade” da festa para os bons, em sua maioria; compondo, os *chofers*, a cota pobre e de cor que participavam da celebração sobre um carro (MORAES, 2018, p. 62).

Clubes de alegoria e crítica também compuseram o rol de modelos-tentativa para um carnaval de rua mais higiênico. Porém, suas propostas apenas ganharam adesão e celebridade maiores com a tomada por parte de grupos populares. O que ceifou seu objetivo principal, que se vestia de tom segregador, na perspectiva de que “o Carnaval deveria converter-se num belo espetáculo, produzido pelas camadas ricas e letradas, para ser contemplado e aplaudido por todos” (ARAÚJO, 1997, p. 204).

O empenho pelo adestramento do carnaval começou a partir do próprio Estado — composto e representado majoritariamente pelos grupos letrados e abastados da sociedade

¹¹ As avenidas 10 de Novembro (atual Guararapes) e Dantas Barreto são grandes exemplos simbólicos da reorganização das ruas pensadas para o tráfego de automóveis.

local —, que, como já explanado aqui, se apropria do festejo, na finalidade de moldá-lo ao gosto da moralidade da época. Nesta perspectiva, na década de 1920, quando o carnaval já se constituía símbolo das identidades regional e nacional,¹² a instituição família, então, migrou do polo da rejeição e do afastamento ao controle do carnaval, como agente moderador. Assim, pela garantia da decência, o Bloco Carnavalesco Misto foi criado como novo tipo de agremiação carnavalesca, que se delineou de acordo com os critérios de preservação da honra feminina (PALMEIRA, 2015), com medidas de moderação na dança e no tipo de música que se fazia; além de medidas de proteção, com o isolamento das “sinhás e sinhazinhas” (AMARAL, 2017, p.131), dentro de um cordão, a brincarem, enfim, o carnaval de rua, sob tutela de seus pais, irmãos ou maridos.

As mulheres não eram novidade no carnaval de Recife, eram, aliás, peças-chave na cadeia produtiva do festejo, já que elas quem costuravam e bordavam as roupas e apetrechos carnavalescos; preparavam e serviam os comes e bebes das reuniões para organização ou ensaio do festejo; e, ainda no período da modalidade do Entrudo, atuavam na venda de limas de cheiro, entre tantas outras atividades. A presença de mulheres foi registrada, ainda no final do século XIX, em publicações de jornais que citaram grupos de pedestres femininos, ligadas diretamente ao mundo do trabalho, como as Verdureiras de São José, Engomadeiras, Cigarreiras, entre demais agremiações. Sendo assim, a necessidade de um tipo de agremiação à inclusão de mulheres da classe média, como foi o caso do Bloco Carnavalesco Misto, projetado para que se discriminasse de tudo o que fosse julgado mácula ao que se denominava por alto padrão de moralidade (PALMEIRA, 2015, p. 82), exprime o conflito de classes e a questão de gênero formatados no carnaval de Recife.

Nas ruas, o festejo carnavalesco insistia em contagiar todo o ar da atmosfera, imergindo a cidade em um momento de suspensão da normalidade cotidiana, no sentido do seu desenrolar, o que ocorria de modo ainda mais enfático em um território cuja demarcação abrangia os bairros de Santo Antônio e São José;¹³ com posterior expansão às demais áreas da urbe. Neste quesito, os clubes de pedestres protagonizaram a história do carnaval em Recife,

¹² “Muito cedo a idéia de uma festa intimamente associada à imagem da nação foi consolidada, conferindo a ela a capacidade de expressar a originalidade e esboçar o perfil daquilo que faz os brasileiros diferentes dos demais”. CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 13.

¹³ “O ‘centro’ do Recife parece ter sido realmente o núcleo formativo do seu Carnaval, principalmente os bairros de São José e Santo Antônio. Basta percebermos a localização das primeiras grandes agremiações carnavalescas da cidade, como os “Batutas de São José”, o “Pão Duro”, o “Clube das Pás Douradas”, o “Clube Vassourinhas” e o “Clube dos Vasculhadores”, para citar apenas algumas”. MORAES, Rafael Ouriques Vasconcelos de. Primeira parte. In: _____. **O teu cabelo não nega: o negro no carnaval da cidade do Recife (1930-1939)**. 2018. 252 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. p. 32.

tendo se destacado na comoção da alegria pelas ruas e no surgimento de uma manifestação popular da cultura genuinamente carnavalesca e recifense: o Frevo.

Frevo e Carnaval de Rua

O frevo, enquanto manifestação artística, surgiu por volta da virada do século XIX para o século XX, na cidade do Recife. Por tratar-se de uma manifestação popular, seu processo de surgimento e formação foram caracterizados pela espontaneidade da adesão popular, até que se consolidasse enquanto passo e enquanto gênero musical.

O carnaval da cidade do Recife, ao longo de sua história, se caracterizou pela grande ocupação das ruas, por diversos grupos sociais que compunham a sociedade recifense. Por se tratar de um período festivo em que as liberdades se intensificavam e faziam ocupar os espaços abertos públicos, de modo a interferir na ordem cotidiana da cidade, as autoridades da polícia, enquanto representantes legítimos da força e do poder do Estado, se mantinham em alerta para o cerco e controle de tudo aquilo que se julgava por subversivo à ordem imposta de cima para baixo. Bem como na sociedade de hoje, os estigmas sociais das elites se institucionalizavam nas ações do Estado, que diante dos conflitos socioeconômicos, tomava partido ao criminalizar a pobreza e manifestação de tudo aquilo que destoasse da qualidade branca e rica. As pessoas pobres e pretas, entretanto, eram as protagonistas daquela festa.

Na transição dos séculos XIX-XX, os Clubes de Pedestres surgiram como tipos de agremiações carnavalescas populares que realizavam seus cortejos a pé, com seus estandartes e seus símbolos pelas ruas da cidade, regado a muita música.¹⁴ Era comum que, durante o carnaval, acompanhando as bandas dos clubes de pedestres, entre as ruas e becos do centro da cidade do Recife, um abre-alas de mulheres e homens capoeiristas se encarregassem de abrir espaço para garantir a passagem dos músicos e seus instrumentos. A maioria daquelas e daqueles eram livres pobres, negros em sua maioria, ex-escravizados ou não, que recrutavam as bandas.

No carnaval, porém, era frequente que desavenças pessoais ou de grupo gerassem rivalidade entre as agremiações e, em meio ao curso, caso houvesse o encontro de bandas “adversárias”, um confronto musical era iniciado, de modo a compor a trilha sonora do confronto corporal entre os capoeiristas de plantão, que davam pauperidade àquela disputa dos instrumentistas (ARAÚJO, 1997, p. 208).¹⁵ Também havia foliãs e foliões independentes,

¹⁴ A massa popular era vista como um verdadeiro monstro popular pela elite (ARAÚJO, 1996, p. 302)

¹⁵ O Frevo-de-Rua é classificado em três tipos, dos quais o Frevo-abafô, em que predominam os instrumentos metálicos, era tocado nas ocasiões de encontro com agremiações adversárias, no intuito de literalmente abafar a música da banda opositora. LIMA, Cláudia M. de Assis Rocha. Frevo: carnaval de Pernambuco. **Pesquisa**

que seguiam os arrastões das agremiações por motivo do gosto pelo brinquedo, lhe dando ainda mais volume e estendendo a animação da festa (Ibidem, p. 210).

Durante muito tempo, a capoeiragem foi caso de polícia no Brasil,¹⁶ e extensa é a quantidade de folhas de periódicos que foram dedicadas à depreciação e mau julgamento da prática na cidade. Antes mesmo da existência do primeiro instrumento legal a propor a punição da contravenção, conforme foi tipificada a capoeira, em 1890, pelo Código Penal, a aversão à desordem que a prática significava às elites já era tamanha. Seu enquadramento enquanto atentado às ordem e paz sociais era tão consolidado no senso comum das autoridades que a capoeira, entendida também como brinquedo pelos seus praticantes, sequer dividiu espaço com os divertimentos proibidos (maracatus, sambas, batuques etc.). Dos adjetivos que a imprensa lhe reservava, segue o fio: turbulentos, desordeiros, vagabundos, capadócijs, arruaceiros e afins (MARQUES, 2012, p. 43).

Em determinadas ocasiões, a pretexto do potencial de confronto entre capoeiras, o reforço policial era acionado para evitar “[...] cenas inaceitáveis em uma cidade que se pretendia civilizada” (Ibidem, p. 42). O carnaval era uma daquelas ocasiões em que a vigília se intensificava. Em eventuais encontros de bandas opositoras, então, bastava o gatilho de uma provocação, algo bastante recorrente, para que os cacetes e bicudas entrassem em ação; o que resultava em matéria de jornal e, nos dias de caçador, relatórios de polícia com a interrupção do cortejo festivo, cessando a alegria das foliãs e foliões e deixando em aberto aquela disputa. Tais situações compunham pesadelos para os favorecidos economicamente e engajados aos ideais modernos.

Era, a/o capoeira, pessoa praticante da capoeiragem, um tipo social duramente combatido e caracterizado de acordo com preceitos e comportamentos bem determinados pela polícia: eram avaliados os trajés, o porte de armas e, principalmente, a habilidade com elas, assim como a destreza corporal e o poder de ludibriação em sua prática. Deste modo, somava mais um motivo para o temor em relação ao carnaval de rua, que, na presença das maltas de capoeiras, com suas navalhas camufladas, simbolizavam ameaça e descontrole aos que se posicionavam ao oposto deste “populacho”.

Como burla, o confronto corporal entre as maltas, em resolução aos atritos das agremiações, passou a se disfarçar como dança, motivação pela qual o guarda-chuva foi

Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:
<<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

¹⁶ Contraditoriamente, era comum que capoeiras trocassem o serviço de capanga por proteção política, com pessoas influentes política e socialmente. (ARAÚJO, 1996, p. 333)

incorporado à festa, sendo armas camufladas,¹⁷ justificadas como elemento coreográfico. O improvisado que caracterizava o dançar daqueles homens e mulheres capoeiras, de corpos viris e fortes, típicos que quem executava tal prática, impressionava os transeuntes por onde passavam, contagiando-os de modo a fazê-los arriscar os passos. Estes, passaram a ganhar forma e a receber nomes como “tesoura”, “chapa quente”, “parafuso”, “ferrolho”, “locomotiva”, entre outros que remetiam aos elementos do mundo do trabalho, com o qual estabelecia uma estreitíssima relação, já que a classe proletária¹⁸ fora a que lhe deu corpo e popularidade.

Os Clubes pedestres do Recife se constituíram, assim, lugar de destaque como ambiente de sociabilidade de experiências trabalhistas. As corporações de ofício foram as principais fundadoras destas agremiações carnavalescas cujos nomes se referiam às ocupações laborais, instrumentos de trabalho e bairros de ocupação majoritária pela população pobre. Clube das Pás, Vassourinhas, Caiadores, empalhadores e parteiras de São José são exemplos possíveis. “Ou seja, apesar da tendência crescente ao longo do século XX da reunião de categorias em sindicatos enquanto ordem de classe, os clubes carnavalescos, em certa medida, também desempenharam esse papel de local de reunião e sociabilidade de trabalhadores de mesmo ofício”¹⁹ (SILVA, 2020, p. 12).

Foi a partir deste complexo processo, lento, gradativo, plural e de reinvenções constantes (Certeau, 2012 apud LAPEDRA; ICHIKAWA, 2017), que o ferveo, como eram nomeadas as aglomerações e agitações coletivas nas ruas, faz desembocar no surgimento de uma dança e de um gênero musical²⁰ novos, o Frevo.²¹ Essa trajetória foi marcada principalmente por tensões de interesses da sociedade e a festa simbolizava confrontos sociais sob diversas formas.

¹⁷ Os capoeiras costumavam portar armas brancas. Eram muito comuns as bicudas, como se conhecia as facas de ponta, e os cacetes.

¹⁸ Na virada do século XIX-XX, com as mudanças técnico-industriais que resultaram na expulsão do trabalhador do campo, incluindo a emancipação de escravizados, a expansão de atividades e serviços urbanos e a instalação de indústrias nas capitais; resultou na formação de uma camada social nova: a classe trabalhadora urbana (ARAÚJO, 1996, p. 313).

¹⁹ “Nesse sentido, ao reunir pessoas da mesma classe social, as agremiações carnavalescas afirmam por meio dos cantos, danças e fantasias, as próprias práticas culturais de seus integrantes, convertendo os momentos de lazer nas ruas, em espaços de defesa dos interesses de cada grupo ou pessoa, e na busca por melhores condições de vida e de trabalho. Criam maneiras próprias de dialogar com as estruturas sociais vigentes, a partir de interesses nascidos no interior do grupo e disseminados para a sociedade através das brincadeiras”. SANTOS, Mário Ribeiro dos. “Acorda Recife, Acorda! Levanta, o Carnaval Começou!”. In: _____. **Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)**. Orientadora: Fabiana Fátima Bruce da Silva. 2010. 270 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. p. 84

²⁰ Enquanto música, o Frevo foi inicialmente nomeado por “Marcha Carnavalesca Pernambucana” ou “Marcha Nortista”, e consistiu no primeiro gênero musical criado especificamente para o carnaval.

²¹ Corruptela do verbo “ferver”.

A Federação Carnavalesca de Pernambuco

O cenário político nacional da década de 1930 deu corpo a uma série de tensões que marcavam a sociedade e sua ordem por instabilidade de conflitos, o que se inflou ainda mais após o golpe de 1937, com a implantação do Estado Novo e seus interventores estaduais. Em Pernambuco, Antônio Novais Filho e Agamenon Magalhães assumiram medidas de moderação e curta rédea, fazendo jus à interventoria concedida por Getúlio Vargas, figura central estadonovista.

Diante disso, a Federação Carnavalesca de Pernambuco (FECAPE) foi fundada sob título de agente organizador do carnaval em Recife. Gerida por empresários e políticos, se constituiu em um aparelho de vigilância e controle do carnaval, uma vez possuindo o entendimento da faceta política da festa. A Federação foi, a princípio, repelida pelas agremiações, já que sua composição não proporcionava identificação pela representatividade; aliás, todos os seus constituintes eram vetados do vínculo com alguma agremiação carnavalesca. Entretanto, uma vez que representava a institucionalização do brinquedo, e, por consequência, adquiriu poderes que inflaram sua capacidade de controle, com o aspecto legal da sua atuação em nome da segurança social ou sua função credora de fundos para financiamento da festa; acabou se inserindo e instalando com firmeza na realidade do carnaval local (SANTOS, 2018).

Sua criação e atuação se alinhava e apoiava na política estadonovista do então interventor estadual Agamenon Magalhães, que depositou, na FECAPE, a responsabilidade e autoridade para agenciamento da festa. A federação viabilizou a expansão do controle dos grandes empregadores, para além do muros de suas fábricas; bem como das figuras políticas, que agora podia exercer sua vigília nas próprias casas dos foliões e foliãs, já que toda e qualquer reunião entre as agremiações requeria a presença de um representante oficial da mesma. Era, ainda, uma forma de expandir o controle social sobre as camadas desprovidas de civilidades, de acordo com as perspectivas elitistas da época.

Por meio do financiamento e controle da FECAPE, as agremiações tinham a expressão de seus fazeres artísticos monitorados, o que, teoricamente, evitava críticas infelizes às gestões políticas locais, que receava por ter sua imagem maculada, especialmente em um momento em que o turismo fervilhava. O próprio cenário político nacional não tolerava a execução de críticas agudas ao então momento, que se denominava revolucionário e ordenado, apesar da manutenção do poderio oligárquico que o Estado Novo afirmava ter desintegrado. À época do governo getulista, em seu característico paternalismo, sabe-se do uso das datas comemorativas como forma de mobilização coletiva na visão de um sentimento

patriótico e de um senso coletivo que deveria compor a identidade brasileira. Agamenon, não por acaso interventor, seguia os passos de seu mestre, tal como um filho segue os exemplos de seu pai (COSTA, 2011). O carnaval, então, passou a ser mobilizado, em Recife, como símbolo de fraternidade e comunhão. Passou a representar uma coletividade, nativa de um mesmo lugar, tipicamente e apaixonadamente brasileiro, ao molde de um regionalismo patriótico (ARAÚJO, 1997).

A necessidade de controle, vigília e garantia da quietude e integridade da regra justificavam as ações do Estado no controle do carnaval. Tal preocupação expressa, principalmente, a potencialidade e influência política que as agremiações exerciam na sociedade. O carnaval não se tratava de um campo estéril, mas de um campo minado, no qual, a qualquer momento, mobilizações fervilhantes poderiam ser engatilhadas, fazendo escapar pela culatra a manifestação de desejos então ditos perversos ou mesmo comunistas (Ibidem, p. 213). As agremiações carnavalescas, em sua íntima relação com o mundo dos ofícios, muitas vezes se formava, também, de sindicatos laborais, que, para o bem da ordem, precisavam estar nos limites do que cabia a um simples proletário cobiçar.

Na cidade do Recife, greves sindicais desajustavam o organismo da urbe modernista e, principalmente, as rédeas e o bolso dos que tinham a propriedade dos meios de produção. Estes, não ousavam, então, depender da insatisfação e ativismo daqueles grupos a causarem a desordem daquilo que lhes oprimiam. Grupos populares já havia sido contidos em vilas operárias ou populares para que se pudesse acompanhá-los de perto, em seus possíveis descontroles e exageros; não se poderia, portanto, permitir a espontaneidade e aguçamento descomedido da sensação de liberdade típica do carnaval na suspensão do que era a ordem.

Constituída por empresários, executivos e intelectuais de peso na sociedade local, a Federação surgiu como uma total estranha ao carnaval popular ou nem tanto, já que bem representava os que exalavam desdém (ou temor?) pelo brinquedo de rua. A superestrutura, então, era minada pelo controle que aqueles grandes exerciam sob discurso da sua própria benevolência pelo bem estar social coletivo.²² As tentativas hipnóticas eram constantes e múltiplas. Ainda assim, como de praxe na história do carnaval desta cidade, quebras e brechas eram usadas como via de escape, de diversas maneiras.

No espaço público, a FECAPE executou a proibição de manifestação político-partidária por parte das agremiações, a determinação dos trajetos e seus horários,

²² “O projeto de carnaval civilizado pressupunha o monopólio e o controle da festa pelos estratos dominantes. Aos dominados ficava reservado o papel de espectador de um espetáculo que não era o seu e do qual não compartilhavam em termos de valores, sentido e tradição” (ARAÚJO, 1996, p. 301)

bem como a possibilidade ou não de sua realização. A maneira como se portar no cortejo também foi vigiada e determinada pela federação, que chegou a vetar o uso de máscaras, a venda de bebidas alcoólicas, ou o uso de símbolos que se reportasse a alguma crença religiosa (SOUZA NETO, 2005).

Fundada em 3 de janeiro de 1935, a Federação tinha por explícito e principal objetivo trabalhar a favor da elevação do Carnaval de Pernambuco. Mas, assim como em 1911, renovava a intenção de promover um conagraçamento entre as classes sociais, servindo-se mais uma vez das agremiações carnavalescas populares e da possibilidade de manipular o desejo de seus associados de obterem reconhecimento social. (ARAÚJO, 1997, p. 215)

Um lugar para e do carnaval

Por “Pracinha do Diário”, é conhecida a Praça da Independência, situada no bairro de Santo Antônio, uma das primeiras áreas de ocupação da capital pernambucana. O apelido se deve à presença do edifício que, aos seus pés, durante 101 anos, sediou o periódico Diário de Pernambuco – o mais antigo em circulação na América Latina, como indica o seu slogan desde 1908. Além do jornal, outros elementos e agentes que compuseram os cenários dos arredores, e se alteraram ao longo dos anos, conferiram grande importância à Praça da Independência, a mais antiga da cidade do Recife, que ganhava uso especial durante o período de tríduo momesco. Para que tal longevidade tenha sido possível, porém, a praça foi subordinada a diversas reformas que lhe adaptaram às mudanças políticas e econômicas de cada época, moldando seu uso e formato às demandas sócio-históricas; fazendo, assim, com que seu nome também sofresse alterações análogas àquelas transformações.

Tendo transcorrido séculos de passado, o estudo da praça permite a construção dos quebra-cabeças que constituem a história da cidade. Um daqueles diz respeito à história do carnaval da urbe recifense, que marca fortemente a sua identidade sócio-cultural.

A Praça da Independência, situada ao centro da regionalização central da cidade, no bairro de Santo Antônio, se configurou ponto quase obrigatório de partida, chegada ou ambos, dos clubes de pedestres; ponto, também, de atração para aquelas e aqueles que simplesmente estavam nas ruas, a procura de se encontrar ou se perder na festa.

A Pracinha do Diário, como melhor era e ainda é conhecida a Praça da Independência, normalmente situava o comércio, além de consistir em um espaço que cotidianamente era frequentado pelas pessoas que trabalharam nos arredores, já que por muito tempo o bairro de Santo Antônio se caracterizou por uma dinâmica mista; ou pelas pessoas que apenas estavam de passagem, em suas atividades diárias ou não. A centralidade espacial da praça era

acentuada, ainda, pela presença do Diário de Pernambuco: em um período no qual o jornal consistia no meio de comunicação principal, era comum que a espera pelas notícias se alojasse na praça, onde era possível passar o tempo até que as manchetes fossem fixadas à parede do edifício-sede do periódico.

Os espaços públicos ao ar livre, se sabe, desde o século XIX, correspondiam aos locais preferidos da manifestação festiva do carnaval (ARAÚJO, 1997, p. 203). Aqueles, conseqüentemente, muitos dizem sobre estas celebrações que, ainda hoje, singularizam o alvorecer dos anos na cidade, bem como, também, demarcam a história de grupos sociais distintos que compõem a comunidade carnavalesca. Neste sentido, ao longo do período do reinado de momo, se somava a todos os usos e funções rotineiras da Praça da Independência, a de “Quartel General do Frevo”, como era nomeado pela imprensa local. Havia, assim, a desconstrução dos horários e fluxos usuais do lugar, que passava a ter, nos habituais turnos de dispersão, por exemplo, ao fim do horário comercial, o curso invertido, no qual as pessoas, após seus respectivos expedientes, se dirigiam ao local para participar do ritual carnavalesco, no qual a desordem, em termos de flexibilização daquilo que é rígido, é a ordem. Um exemplo possível é o próprio expediente de trabalho, que se alterava independente do horário comercial, uma vez que era afetado pela movimentação proveniente do carnaval nas ruas.

A tradição do festejo de momo, aliada à habitualidade cotidiana, faziam da Pracinha do Diário o principal epicentro: o Frevo, que constituía a festa, transformava a localidade em um grande palco, repleto de passistas e bandas, que sustentavam o ensejo com a sonância estridente típica do gênero musical. A pracinha configurou o principal ponto de encontro das brincadeiras carnavalescas. Dada tal significância do logradouro, nele se concentrou a atenção dos projetos de controle social sobre o divertimento popular, exprimindo a articulação da cultura com o cotidiano sociopolítico da urbe.

Durante a terceira década do século XX, o carnaval e o Frevo passaram a conviver com uma série de medidas restritivas, que tomaram forma, inclusive, na institucionalização da Federação Carnavalesca de Pernambuco (FECAPE), oficialmente fundada em 1935, que se manteve aliada ao Estado, na pretensão de um festejo mais higiênico, no problemático sentido social da palavra. As tentativas de organização do carnaval de rua, porém, não eram desconhecidas, apenas apareceu, desta vez, sob outras facetas. Assim como em momentos anteriores, a disputa de poder pairava sobre os direcionamentos que tomavam o brinquedo (ARAÚJO, 1996, p. 172), e, apesar disso, as massas se mantinham resistentes em seu modo de brincar: na rua, frevando e em multidão.

Na Pracinha do Diário, se instalavam os palanques da FECAPE, que ali promoveram concursos de agremiações. Para tanto, a praça era enfeitada e equipada com amplificadores de som, para a reprodução de frevos que ambientavam os desfiles dos clubes a serem avaliados pela comissão julgadora que a tudo acompanhava daqueles palanques. A praça também se encontrava inserida no trajeto do curso, que contemplava lugares de sociabilidade da elite, por localizar a Livraria Mozart e pela proximidade com a Esquina do Lafayette,²³ ambos frequentados pela intelectualidade da época (SANTOS, 2010, p. 73).

Como lugar do carnaval, a Pracinha se transformava em um local de caráter lúdico, servindo de palco às práticas e manifestações carnavalescas, que se integravam ao cotidiano da cidade e deixavam expostas as fissuras da estrutura social recifense (Ibidem).

Considerações finais

O carnaval na cidade do Recife se caracterizou, ao longo da década de 1930, pela divisão social induzida a partir de diversos direcionamentos que partiram de grupos econômica e socialmente privilegiados; e que personificavam, igualmente, as forças do Estado (ARRAES, 2017, p. 118). Analisar tal característica foi possível a partir do estudo do espaço, materializado na Pracinha do Diário, em sua concretude de referências construídas nas vivências cotidianas naquela localidade (CARLOS, 2007). Se tratando, no caso do carnaval especificamente, de uma prática eventual (COSTA, 2011).

O aspecto segregador do carnaval, se institucionalizou sob formas diversas, dentre as quais a criação da FECAPE é bastante representativa, inclusive ao se considerar o cenário político que marca a década de 1930. Entretanto, se descumpria por meio de táticas de rejeição às regras impostas juntamente aos modelos que foram elaborados na intenção do emprego à festa, cuja realidade dizia respeito, em grande proporção, à espontaneidade no uso dos espaços disponíveis nos locais abertos do centro da cidade, que configura um “ponto de convergência identitário, [...] objecto de disputa de poder, lugar de encontros, encruzilhada de pessoas e sinais, o que lhe confere um valor simbólico especial no imaginário urbano” (GAMA; SANTOS, 1997, p. 160). Tal leitura foi possível, no presente artigo, a partir do estudo do uso da Pracinha do Diário, um lugar cujo sentido foi dado pelas relações ali estabelecidas, durante o período carnavalesco e fora dele (CARLOS, 2007).

²³ Situado à esquina da Rua Primeiro de Março com a Rua do Imperador, o Café Continental passou a se chamar "Esquina do Lafayette" por se localizar no edifício cujo primeiro andar alojava a Fábrica Lafayette, de manipulação de fumos e cigarros. O conversar na Esquina do Lafayette consistiu em prática cotidiana rotineira de convívio social na cidade do Recife (SANTOS, 2011, p. 141).

Outra informação que indica a rejeição das imposições sobre a festa consiste no fato de que as camadas populares desenvolveram maneiras próprias de brincar o carnaval: “[...] foram se agrupando e encontrando suas formas próprias de se organizar e de produzir seus divertimentos para serem vivenciados publicamente, por ocasião da festa” (ARAÚJO, 1996, p. 301), desencadeando processos de territorialização para o carnaval (RAFFESTIN, 1996 apud LAPEDRA; ICHIKAWA, 2017).

Neste contexto, a história do Frevo e do carnaval se dotam de um grande simbolismo. Conseguem condensar histórias fragmentadas sobre a cidade e os conflitos que suas fronteiras contém em sua demarcação territorial. Além de viabilizar o entendimento dos arranjos temporalmente situados na cidade do Recife, a partir dos quais é possível compreender tensões e disputas sociais fundamentais à história da própria urbe. Cabe finalizar, ainda, com o registro de que “ver cultura como algo ‘comum’ [não hegemônico] é abrir espaço para a participação democrática de todos os corpos na disputa dos rumos (comuns e individuais) de uma sociedade” (HUNTY, 2021), inclusive quando se tratando de seu passado. Assim, nos embalos carnavalescos do QG do Frevo, entre compassos e descompassos fervilhantes, a História abre seu leque e inclui, em seu passado, uma série de novos personagens.

Referências

ABREU JÚNIOR, João Batista; FERREIRA, Marieta de morais; BEZERRA, Ricardo lima. Diário de Pernambuco. *In: FGV CPDOC*. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone. Espaços livres públicos. *In: _____*. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfoses**: estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha. Orientadora: Edvânia Tôrres Aguiar Gomes. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves; PEDROSA, Tales de Lima. Bonde Elétrico e transformações urbanas no Recife. **Temporalidades**: revista de história, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, ed. 34, p. 579-594, 31 jan. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19628>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

AMARAL, Carlos Eduardo. **Maestro Formiga**: frevo na tempestade. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2017. p. 131.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 203-216, Abr. 1997. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8980>>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

_____. **Festas: máscaras do tempo**: entrudo, mascarada e frevo no carnaval de Recife. Recife: Fundação de cultura Cidade do Recife, 1996, 423 p.

ARRAES, M. A. Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX. **Albuquerque: revista de história**, v. 3, n. 5, 22 jun. 2017.

BARROS, Gleicielly; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. O Processo de modernização no bairro de Santo Antônio na primeira metade do século xx: o caso da Praça da Independência. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 14, n. 1, jun. 2021. p. 119-139. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8583>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Introdução. In: _____. **Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 13-19.

FREVO. **IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/62>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

GAMA, António; SANTOS, Norberto Pinto. Espaços de sociabilidade. **Vértice**, Portugal, p. 13-19, 1997

HUNTY, Rita Von. Raymond Williams, esperança radical como projeto intelectual. **Continente**, 2021. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/249/raymond-williams--esperanca-radical-como-projeto-intelectual>>. Acesso em: 23 nov. 2021

LAPEDRA, Ana Tereza Freitas; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Diálogos entre os conceitos de práticas, territorialidade e territorialização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Garibaldi-RS, v. 6, n. 2, 2017. p. 49-67, Disponível em: <<https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/view/78>>. Acesso em 10 nov. 2021.

LIMA, Claudia M. de Assis Rocha. Frevo: carnaval de Pernambuco. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LORETO, Rosane Piccolo. Paraísos e Martírios: história de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 353 p.

MARQUES, Carlos Bittencourt Leite. A capoeira no Recife: conceitos e representações. In: _____. **“Brinquedo, Luta, Arruaça”**: o cotidiano da capoeira no Recife de 1880 a 1911. 2012. 202 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. p. 27-82.

MORAES, Rafael Ouriques Vasconcelos de. Primeira parte. In: _____. **O teu cabelo não nega**: o negro no carnaval da cidade do Recife (1930-1939). 2018. 252 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. p. 31-144.

MOREIRA, Fernando. A transformação do bairro de Santo Antônio no Recife (1938-1949). In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, XIV, São Paulo, 2016. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, set. 2016. p. 296-307

PALMEIRA, Juliana Dias. “Padrão moral e ordem: posturas adotadas que garantiam a honra das moças”. In: _____. **“Aqui, apesar de frevo, há moralidade”**: a presença das mulheres no bloco carnavalesco misto no Recife da década de 1920. Orientador: Ricardo de Aguiar Pacheco. 2015. Dissertação (Mestrado em história) - UFRPE, Recife, 2015. p. 163-173.

PARAÍSO, Rostand. A praça da Polé. **Suplemento Cultural**, Recife, p. 3-7, abr 2002.

_____. **A velha Rua Nova e Outras Histórias**. Recife: Bagaço, 2011. 255 p.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos**: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. 269 p.

PONTUAL, Virgínia; CAVALCANTI, Rafael. A abertura da avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930 – 1970. In: Simpósio Nacional de História, 22., João Pessoa-PB, 2003. **Anais...** Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2003, p. 1-6.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos**: Histórias da cidade do Recife na década de vinte. 2. ed. Recife: Ed. UFPE, 2016. 277 p.

COSTA, Luciana Santiago. **Espaço do público? Práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife: 1920-1940**. 2011. Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. “Acorda Recife, Acorda! Levanta, o Carnaval Começou!”. In: _____. **Trombones, tambores, repiques e ganzás**: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945). Orientadora: Fabiana Fátima Bruce da Silva. 2010. 270 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Rosana Maria. Carnaval é política: a criação da Federação Carnavalesca de Pernambuco (1930-1950). **Em tempo de histórias**, Brasília, n. 33, p. 113-133, 2018.

SILVA, Luiz Vinícius Maciel. **Clubes pedestres, Carnaval do Recife e mundo do trabalho (1890 - 1910)**: olhares da historiografia e propostas para o ensino de história. Orientadora: Isabel Cristina Martins Guillen. 2020. 37 f. TCC (Graduação) - História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SOUZA NETO, José Maria Gomes. **Sonhos de Nabucodonosor**: aspectos da propaganda do Estado Novo Pernambucano. Orientadora: Sílvia Cortez Silva. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

VAINSENER, Semira Adler. Praça da Independência. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 28 jul. 2009.
Disponível em: <<https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/praca-da-independencia/>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

_____. Santo Antônio (bairro, Recife). **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2017.
Disponível em: <<https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/santo-antonio-bairro-recife/>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

Anexo (1)

Normas para submissão - Revista Rural Urbano

As submissões enviadas à Revista Rural Urbano devem seguir as seguintes diretrizes:

- Os textos submetidos à Revista Rural Urbano serão avaliados pelos membros do Conselho Avaliador seguindo sistema de avaliação por pares às cegas, reservando-se à Comissão Editorial o direito de aprovar totalmente, aprovar com ressalvas ou recusar a submissão. No caso de aprovação com ressalvas os textos serão devolvidos aos autores para que eles realizem as correções sugeridas pelos referees. Em caso de parecer conflitante, os editores solicitarão um terceiro parecer para dirimir a divergência;
- A revista receberá artigos em português, inglês, espanhol e alemão;
- Solicita-se que seja usado o template disponível [AQUI](#) para a construção dos textos a serem submetidos.
- Os textos devem ter de 10 a 20 páginas e deverão conter título (na língua original, em português e em inglês). Pede-se que os autores do documento a ser submetido excluam do texto seus nomes, bem como seus endereços postais e eletrônicos;
- Os textos também devem ter resumo de até 200 palavras, seguindo de três até cinco palavras-chave (na língua original, em português e em inglês);
- Devem ser submetidos arquivos em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF, com espaçamento 1,5 entre linhas, letra Times New Roman corpo 12 e em papel A4, com margens superior e direita 2 cm e esquerda e inferior 2,5 cm;
- O Título do artigo deve ser fonte 14, estar todo em negrito e em maiúsculo, e centralizado. Os Subtítulos devem ser fonte 12, recuado à esquerda, em negrito e com as primeiras letras das palavras em maiúsculo.
- O início de cada parágrafo deve ter o recuo para a esquerda de 1,25 cm. Não dar espaços entre os parágrafos. Configurar o espaçamento do Layout da página com “0 pt” antes e depois;
- Tabelas, figuras, gráficos e fotografias devem ter no mínimo 300 dpi e, além de inseridas no texto centralizados, devem ter chamadas segundo ordem numérica. Também devem ter o título explicativos acima com fonte Times Nem Roman tamanho 12 e a indicação de autor

e/ou fonte na parte inferior de fonte Times New Roman tamanho 11;

- As citações textuais de menos de três linhas deverão aparecer no decorrer do texto e entre aspas. As citações que ocuparem mais de três linhas deverão ser destacadas do parágrafo, com recuo de 4cm, sem aspas nem itálicos e em letra Times New Roman de tamanho 11. Nos dois casos, deve-se citar a referência (AUTOR, Ano, página);

- As referências devem estar alinhadas à margem esquerda do texto, com espaçamento simples e separadas entre si por espaço duplo. Deve-se organizá-las seguindo rigorosamente aquilo que determina a NBR 6023/02 da ABNT ([Acesso aqui](#)).

Obs.: O processo de submissão é inteiramente gratuito. A revista Rural & Urbano procura cumprir o prazo de até 4 meses entre o envio dos originais e a sua publicação final.